

# ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

CNPJ 10.938.980/0001-21

Relatório da administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Permencemos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma). As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanco Patrimonial			
Ativo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.908	7.368
Aplicações financeiras	5	9.112	28
Contas a receber de clientes	6	11.100	8.268
Estoques		137	157
Tributos com compensação diferida	7	3.197	3.197
Tributos a recuperar		144	54
Outras contas a receber	8	464	471
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>27.062</b>	<b>19.543</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos com compensação diferida	7	41.563	44.760
IR e contribuição social diferidos	20	98.547	98.547
Contas a receber - Grêmio	8	64.486	56.161
Partes relacionadas	9	10.588	5.848
Outras contas a receber	8	449	507
Imobilizado	10	3.323	4.058
Intangível	11	191.647	206.926
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>410.603</b>	<b>416.807</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>437.665</b>	<b>436.350</b>

## Notas Explicativas

**1. Informações Gerais:** A Arena Porto-Alegrense ("Companhia") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, pertencente ao Grupo OAS, fundada em 4 de fevereiro de 2009, com sede na Avenida Padre Leopoldo Brentano, nº. 110, bairro Humaitá, na Cidade de Porto Alegre - RS. A Companhia tem como atividade econômica principal a gestão de instalações de esportes e por objeto social: (i) serviços de engenharia; (ii) compra e venda de imóveis próprios; (iii) aluguel de imóveis próprios; (iv) corretagem no aluguel de imóveis; (v) gestão e administração da propriedade imobiliária; (vi) gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas; (vii) serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; (viii) casas de festas e eventos; (ix) comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; (x) comércio varejista de bebidas; (xi) comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; (xii) estacionamento de veículos; (xiii) agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação; e (xiv) outras sociedades de participação, exceto holdings. Em 18 de dezembro de 2008 a Construtora OAS firmou contrato com o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense ("Grêmio") para a prestação de serviços de construção de um novo estádio de futebol ("Arena Grêmio") no Bairro Humaitá, tendo como contrapartida o direito de exploração da superfície da Arena Grêmio por 20 anos, através da Companhia, nos termos definidos na Escritura Pública de Constituição de Direito Real de Superfície e Outras Avenças firmada entre as partes em 08 de dezembro de 2011. Para assegurar o financiamento necessário à construção da Arena, a Companhia firmou em 16 de dezembro de 2011 o CAC - Contrato de Abertura de Crédito para financiamento mediante repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, junto aos bancos repassadores Santander, Banco do Brasil e Banrisul, no valor de R\$ 210 milhões a serem amortizados no prazo de 10 anos. O evento inaugural da Companhia data de 08 de dezembro de 2012, quando tem início a sua atividade operacional. Durante o primeiro semestre de 2013 a Companhia e o Grêmio chegaram a um acordo com relação à repactuação de determinados termos e condições dos contratos originalmente firmados, que foram formalizados por meio de Memorando de Entendimentos, firmado em 11 de junho de 2013. De forma a ratificar o conteúdo do Memorando de Entendimentos, em 29 de maio de 2014 a Companhia firmou com o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense ("Grêmio") o Terceiro Aditivo ao Contrato Alíquo para Aquisição de Imóveis, Assunção de Obrigação de Construção e Outras Avenças ("Terceiro Aditivo"), que estendeu o prazo inicial para a exploração do direito de superfície, prorrogando de 01 de janeiro de 2013 para 01 de janeiro de 2014. Assim, a Companhia passou a ter direito de exploração da superfície da Arena do Grêmio por 20 anos, contados a partir de janeiro de 2014 e em contrapartida, pagará ao Grêmio um preço fixo devido a partir de janeiro de 2021 e um preço variável correspondente a 65% do Lucro Líquido Ajustado ("LLA") da Companhia, em cada exercício social, a partir de 2014 e até o término do direito de exploração de superfície. Em caso de LLA negativo, o Grêmio terá participação de 50% deste resultado em cada exercício social, observando os mecanismos e limites de compensação previstos no Terceiro Aditivo. Desde 2013 a Companhia está focada na busca de melhoria de sua performance operacional e de geração de caixa e otimizou sua estrutura na busca da redução da demanda de aportes pelo Grupo OAS para a cobertura de suas despesas operacionais e do serviço da dívida. Apesar da melhoria na geração de caixa operacional da Companhia, a sazonalidade dos ingressos de caixa varia diretamente de acordo com a quantidade e com a renda dos jogos, demandando aportes de capital do Grupo OAS - de janeiro a maio de 2015 foram aportados R\$ 15.797 para suportar as necessidades de caixa de curto prazo da Companhia. Em função desta característica do negócio e do cenário de Recuperação Judicial do Acionista, no mês de abril de 2015 não foi possível a liquidação integral do serviço da dívida, acarretando na execução de uma das garantias do financiamento. Em maio de 2015 foi honrada a fiança bancária contratada junto ao Banco Bradesco para pagamento do saldo da parcela de abril, das parcelas de maio e junho de 2015 e pré-pagamento de principal vincendo. Desde junho de 2015 a Companhia opera com recursos próprios. Desde dezembro de 2015, em razão de decisão judicial proferida em sede de agravo de instrumento interposto pelo Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, foi assegurado que as receitas cedidas fiduciariamente também são garantia do financiamento fossem destinadas prioritariamente à cobertura da operação e, por consequente, de forma residual, ao serviço da dívida, conforme disposto na Cláusula Quinta, IV, "a", do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças, contrato supeditado ao CAC firmado com os agentes repassadores do financiamento do BNDES. Em decorrência do cumprimento da referida fiança visando ao atendimento das demandas operacionais da Companhia, restou o inadimplemento da parcela do serviço da dívida devida em 15 de dezembro de 2015. A dívida foi, então, considerada vencida antecipadamente pela Companhia e consequentemente classificada no passivo circulante. Durante o exercício de 2019 a Companhia se empenhou em gerar recursos para suportar suas necessidades de caixa sem demandar aportes do Grupo OAS e espera continuar gerando-os em montante suficiente para atender plenamente seus compromissos operacionais e financeiros.

**2. Base de Preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da legislação societária (Lei 11.638/07 e 6.404/76) e pelos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**2.2. Base de elaboração mensuração e resumo das principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Àquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3. A diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis em 12 de novembro de 2020, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.

**2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**2.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se em informações históricas e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

**2.5. Normas novas e/ou revisões com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019 e 1º de janeiro de 2020:** Normas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019. CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil: O CPC 06 (R2) estará vigente para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o CPC 06 (R2) determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um direito de uso dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser significativo. A Administração da Companhia entende que a adoção desta não impactará nas suas demonstrações

contábeis. Normas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. As normas, revisões e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data da emissão das demonstrações contábeis da Companhia, com início de vigência em 1º de janeiro de 2020, estão apresentadas a seguir: IAS 1 / CPC 26 e IAS 8 / CPC 23 - Definição de material (vigência a partir de 01 de janeiro de 2020); Modifica a definição de "material", esclarecendo aspectos da aplicação da materialidade nas informações divulgadas. CPC 00 - Estrutura conceitual para relatórios financeiros (vigência a partir de 01 de janeiro de 2020); Estrutura conceitual que introduz alterações em várias normas e interpretações, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativos/passivos e de gastos/rendimentos, além de conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação. IFRS 3 / CPC 15 - Definições de negócio (vigência a partir de 01 de janeiro de 2020); Esta alteração constitui uma revisão da definição de "negócio" para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. Revisão de pronunciamentos técnicos nº 14 (vigência a partir de 01 de janeiro de 2020); Estabelece alterações em diversos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas. Revisão de pronunciamentos técnicos nº 15 (vigência a partir de 01 de janeiro de 2020); Alterações em pronunciamentos técnicos em decorrência da definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência", quanto à contabilização de Hedge. IFRS 17 / CPC 50 - Contratos de seguro (vigência a partir de 01 de janeiro de 2021); A IFRS 17 substitui a IFRS 4 / CPC 11 - Contratos de seguro. O objetivo da alteração é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente. A Companhia planeja adotar as novas normas na data efetiva, e de acordo com a avaliação prévia da Administração da Companhia não terá impacto significativo em suas demonstrações contábeis. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

**2.6. Representação das demonstrações contábeis:** Em agosto de 2020 a Administração da Companhia revisou a projeção dos fluxos de caixa para os próximos 14 anos, tempo remanescente do contrato da escritura de superfície, atualizando o Estudo de Avaliação Econômico-Financeira para obter uma avaliação concisa do valor recuperável do "Ativo Intangível - Direito de exploração", conforme determina o pronunciamento contábil CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. Por esse motivo, a Administração da Companhia optou por reapresentar as demonstrações contábeis originalmente apresentadas em 30 de junho de 2020, as quais foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes, que neste momento reemite seu relatório, levando em consideração o Estudo de Avaliação Econômico-Financeira revisado pela Administração da Companhia. A Administração da Companhia enfatiza que essa representação não produziu efeitos no resultado dos exercícios originalmente reportados e que além dos eventos subsequentes já divulgados nestas demonstrações contábeis, não houve nenhum outro evento subsequente significativo.

**3. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações contábeis são:

**3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de reversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**3.2. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

**3.3. Imobilizado:** Encontra-se registrado ao custo de aquisição e deduzido das respectivas depreciações calculadas de forma linear ao longo da vida útil do ativo. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

**3.4. Intangível:** Refere-se ao valor do direito de exploração decorrente do contrato firmado com o Grêmio, registrado ao custo de construção do novo estádio e acrescido da margem de construção. Em função das características desse contrato apresentadas, semelhante significativa com as características das transações mencionadas na interpretação Técnica IPCO 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia estabeleceu suas políticas contábeis para registro do contrato de direito de exploração baseada na referida interpretação. O ativo intangível está sendo amortizado de forma linear, a partir de janeiro de 2013, em um prazo de 252 meses (equivalente ao prazo de concessão).

**3.5. Avaliação do valor recuperável do ativo não financeiro "impairment":** No final de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos de vida útil definida para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com o finalidade de mensurar o montante dessa perda. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A política contábil descrita segue o pronunciamento contábil - CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos ("impairment").

**3.6. Empréstimos e financiamentos:** Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

**3.7. Remuneração fixa pelo direito de exploração do imóvel:** Refere-se ao valor a ser pago ao Grêmio a título de remuneração pelo uso da superfície onde está localizada o imóvel Arena Grêmio. Conforme previsão contratual, os valores serão atualizados pelo IPCA. O saldo é apresentado no passivo não circulante e as parcelas foram ajustadas a valor presente de acordo com o CPC 12 - Ajuste a valor presente.

**3.8. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** Os instrumentos financeiros são classificados como: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA); e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (VJR). A Companhia determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. (a) *Ativos financeiros - Classificação e mensuração subsequentes:* Os ativos financeiros não são reclassificados

Demonstração do Resultado			
	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	17	61.208	60.244
Custos dos serviços prestados	18	(41.009)	(45.695)
<b>Lucro bruto</b>		<b>20.199</b>	<b>14.549</b>
Despesas operacionais			
Comerciais	18	(1.397)	(1.526)
Gerais e administrativas	18	(13.509)	(14.088)
Provisão para redução ao valor recuperável do ativo - "impairment"	11 e 18	-	(78.737)
<b>Result. antes receitas (desp.) financ. e imp.</b>		<b>(14.906)</b>	<b>(94.351)</b>
Receitas financeiras	19	7.935	6.346
Despesas financeiras	19	(20.785)	(31.027)
Resultado financeiro, líquido	19	(12.850)	(24.681)
<b>Prejuízo antes do IR e contribuição social</b>		<b>(7.557)</b>	<b>(104.483)</b>
IR e contribuição social diferidos	20	-	(36.555)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(7.557)</b>	<b>(141.038)</b>
<b>Ações ordinárias - lotes de mil</b>		<b>661.377</b>	<b>661.377</b>
<b>Prejuízo por ação - R\$</b>		<b>(0,01)</b>	<b>(0,21)</b>

Demonstração dos Resultados Abrangentes			
	2019	2018	
Prejuízo do exercício	(7.557)	(141.038)	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(7.557)</b>	<b>(141.038)</b>	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Capital Social	Prejuízos Acumul.	Total
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>661.377</b>	<b>(399.370)</b>	<b>262.000</b>
Prejuízo do exercício		(141.038)	(141.038)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>661.377</b>	<b>(540.415)</b>	<b>120.962</b>
Prejuízo do exercício		(7.557)	(7.557)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>661.377</b>	<b>(547.972)</b>	<b>113.405</b>

subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

**i. Ativos financeiros ao custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia classifica nesta categoria o saldo de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), aplicações financeiras (Nota 5), contas a receber de clientes (nota 6), partes relacionadas (Nota 9), outras contas a receber circulantes e não circulantes (Nota 8).

**ii. Ativos financeiros ao valor justo registrado por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Um instrumento de dívida é mensurado ao mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro passível de ser classificado nesta categoria.

**iii. Ativos financeiros ao valor justo registrado por meio do resultado do exercício (VJR):** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. A Companhia classifica como instrumento financeiro ao VJR o contas a receber do Grêmio (Nota 8).

**(b) Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**i. Passivos financeiros ao custo amortizado:** A Companhia classifica como passivo financeiro ao custo amortizado o saldo fornecedores, empréstimos e financiamentos (Nota 12) e outros passivos.

**ii. Passivos financeiros ao valor justo registrado por meio do resultado do exercício (VJR):** A Companhia classifica como passivo financeiro ao VJR a remuneração fixa pelo direito de exploração (Nota 14).

**(c) Desreconhecimento de ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

**(d) Desreconhecimento de passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(e) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(f) Impairment de ativos financeiros:** Os ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada exercício para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estar deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de "impairment". Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) Toma-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: Mudanças adversas na situação de pagamento dos devedores na carteira; Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração de resultado. Se um ativo financeiro possuir uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por "impairment" é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o "impairment" com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
	Nota	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das ativ. operacionais</b>			
<b>Prejuízo antes do IR e da contrib. social</b>		<b>(7.557)</b>	<b>(104.483)</b>
<b>Ajustes para reconciliação:</b>			
Depreciações e amortizações	10 e 11	13.570	19.382
Valor residual imob. e intang. baixado	10 e 11	947	10
Redução ao valor recuperável do ativo	11	-	78.737
Atualiz. monetária e AVP da remun. fixa direito de exploração	14	423	1.262
Atualiz. contas a receber com o Grêmio	8	(8.325)	(6.930)
Atualiz. de partes relacionadas	9	(490)	(311)
Prov. para créditos de liquid. duvidosa	6	15	(23)
Provisão participação resultados - PPR	15	550	550
Provisões para contingências	15	224	673
Juros apropriados (Aum.) red. nos ativos operacionais:		20.198	29.233
Contas a receber	6	(2.847)	(2.873)
Estoques		20	98
Tributos com compensação diferida	7	3.197	3.197
Tributos a recuperar		(90)	55
Despesas antecipadas		-	204
Outras contas a receber	8	65	(481)
Contas a receber partes relacionadas	9	(4.250)	(6.039)
Aum.(red.) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(2.697)	1.671
Trib. e contrib. a recolher e obrig. trabalhistas		(349)	620
Receita diferida	13	(950)	(1.530)
Outros passivos		59	(25)
<b>Caixa líquido gerado nas ativ. operacionais</b>		<b>18.219</b>	<b>12.767</b>
<b>Fluxo de caixa das ativ. de investimentos</b>			
Aplicações financeiras	5	(9.084)	(5)
Aquisição de ativo intangível	11	(1.455)	(2.409)
Aquisição de ativo imobilizado	10	(31)	-
Result. venda de ativo intang. e imob.	10 e 11	-	1.765
<b>Caixa líq. aplicado nas ativ. de investimentos</b>		<b>(10.570)</b>	<b>(649)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Captação de mútuo		-	4
Amortização de empréstimos	12	(5.603)	(7.523)
<b>Caixa líq. aplicado nas ativ. de financ.</b>		<b>(12.109)</b>	<b>(7.519)</b>
<b>Aum. (red.) líq. saldo de caixa e equiv. caixa</b>		<b>(4.460)</b>	<b>4.599</b>
Caixa e equiv. de caixa início do exerc.	4	7.368	2.769
Caixa e equiv. de caixa fim do exercício	4	2.908	7.368

classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por "impairment" reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração de resultado.

**3.9. Tribuição:** Imposto de renda e contribuição social - corrente: A tribuição sobre o lucro compreende o imposto de renda ("IR") e a contribuição social ("CS"). O IR é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a CS é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Imposto de renda e contribuição social - diferido: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

**3.10. Provisões:** A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

**3.11. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita. Receita de venda de ingressos e patrocinios. A receita compreende o valor proveniente da venda de ingressos, patrocinios e espaços de publicidade em eventos organizados pela Companhia. Receita de juros: A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros projetados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. Receita diferida: As receitas de serviços faturados e não realizados são contabilizadas na conta de receita diferida, e serão registradas no resultado

... continuação	
<b>8. Outras Contas a Receber:</b>	
Grêmios	2019 2018
Outras contas a receber	64.486 56.161
<b>Total</b>	<b>65.399 57.139</b>
Circulante	464 471
Não circulante	64.935 56.668
<b>Total</b>	<b>65.399 57.139</b>

O saldo de contas a receber com o Grêmio (Divida 2013) compreende: (i) R\$ 3.000 referente ao ressarcimento de parte dos custos incorridos no evento de inauguração da Arena em dezembro de 2012; (ii) R\$ 10.000 referente ao adiantamento de valores da parcela fixa efetuado no mês de janeiro de 2013; e (iii) R\$ 1.500 referente ao adiantamento realizado ao Grêmio em junho de 2014 para as obras do Memorial do Grêmio; R\$ 2.500 adiantado para projeto de

10. Imobilizado:	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Benefit. em imóveis de terceiros	Total
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>2.514</b>	<b>1.017</b>	<b>402</b>	<b>4.577</b>	<b>8.510</b>
Adições	-	-	-	(10)	(10)
Baixas	-	-	-	31	31
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>2.514</b>	<b>1.017</b>	<b>402</b>	<b>4.598</b>	<b>8.531</b>
Depreciação Acumulada					
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>(1.265)</b>	<b>(451)</b>	<b>(362)</b>	<b>(1.572)</b>	<b>(3.650)</b>
Depreciações	(270)	(101)	(8)	(413)	(792)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(1.535)</b>	<b>(552)</b>	<b>(370)</b>	<b>(1.985)</b>	<b>(4.442)</b>
Depreciações	(250)	(101)	(2)	(413)	(766)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(1.785)</b>	<b>(653)</b>	<b>(372)</b>	<b>(2.398)</b>	<b>(5.208)</b>
<b>Valor contabilizado líquido:</b>					
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>1.249</b>	<b>566</b>	<b>40</b>	<b>3.005</b>	<b>4.860</b>
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>979</b>	<b>465</b>	<b>32</b>	<b>2.592</b>	<b>4.058</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>729</b>	<b>364</b>	<b>30</b>	<b>2.200</b>	<b>3.323</b>
<b>Taxa de depreciação:</b>	<b>10%a.a.</b>	<b>10%a.a.</b>	<b>20%a.a.</b>	<b>10%a.a.</b>	

**11. Intangível:** O direito de exploração representa os custos de construção incorridos na formação do ativo intangível da Arena, acrescidos da margem de construção de 3% na prestação dos serviços de gerenciamento da obra. O ativo intangível está sendo amortizado de forma linear em prazo de 252 meses, contados a partir de janeiro de 2013 até o final do direito de exploração da superfície, em dezembro de 2033.

	2019	2018
Software	2.641	2.996
Direito de Exploração	719.932	190.011
Outros	1.628	1.340
<b>Total</b>	<b>724.201</b>	<b>206.926</b>

Em agosto de 2020 a Administração da Companhia revisou a projeção dos fluxos de caixa para os próximos 14 anos, tempo remanescente do contrato da escritura de superfície, atualizando o Estudo de Avaliação Econômico-Financeira para obter uma avaliação concisa do valor recuperável do "Ativo Intangível - Direito de exploração", conforme determina o pronunciamento contábil CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração; premissas macroeconômicas e taxa de desconto calculada pelo custo médio ponderado de capital. A taxa de desconto obtida e aplicada na projeção dos fluxos foi de 12,07% a.a. A Companhia apresenta em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, provisão para redução ao valor recuperável de seu ativo intangível ("impairment") no montante de R\$ 360.960, registrada em exercícios anteriores, na conta "Provisão para redução ao valor recuperável do ativo".

A seguir estão demonstradas as movimentações no ativo intangível:

	2019	2018
Saldo inicial	206.926	305.779
Adições	1.455	2.409
Outorga e compensações de "preço fixo"	(2.983)	(2.169)
Baixas	(947)	(1.766)
Prov. p/ red. ao valor recup. do ativo - "impairment"	(12.804)	(18.590)
Amortização registrada no exercício	191.647	206.926
<b>Saldo final</b>	<b>191.647</b>	<b>206.926</b>

A compensação de "preço fixo" no valor total de R\$ 2.983 compreende a baixa no direito de exploração no exercício de 2019, em decorrência do compartilhamento do valor do fluxo de caixa futuro do "Prejuízo LLA" com o Grêmio, conforme disposto no Terceiro Aditivo Contratual, apurado no final do exercício de 2019 (R\$ 2.169 no exercício de 2018), reconhecido no intangível conforme orientações contidas no OCP-05.

**12. Empréstimos e Financiamentos:**

	Encargos financ.	2019	2018
Financ. para construção (a)	J.TLP + 5,1% a.a.	228.038	219.523
Fiança honrada (b)	1% a.m. + multa 2%	51.580	45.932
Subtotal		279.618	265.455
Custo da transação a amortizar (c)		(866)	(1.298)
<b>Total</b>		<b>278.752</b>	<b>264.157</b>

(a) Refere-se à linha de financiamento obtida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tendo como agentes repassadoros o Banco Santander, o Banco do Brasil e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, para construção da Arena. (b) Refere-se ao valor da fiança bancária no total de R\$ 23.500 constituída como garantia do financiamento mencionado em (Letra "a") acima, que foi honrada para assegurar a quitação das parcelas do serviço da dívida vencidas em abril, maio e junho de 2015, totalizando R\$ 11.721, cujo saldo remanescente no valor de R\$ 11.779 foi integralmente utilizado para pré-pagamento de principal vincendo. O saldo devido ao Banco Bradesco em 31 de dezembro de 2019 inclui encargos remuneratórios de R\$ 28.080. (c) Refere-se às despesas administrativas e taxas cobradas para a captação dos empréstimos que são apropriadas ao longo do prazo do contrato. Em decorrência do inadimplemento da parcela do serviço da dívida vencida em 15 de dezembro de 2015 o saldo foi integralmente reclassificado para o curto prazo, independente de notificação de vencimento antecipado, conforme disposto na Cláusula XIII do CAC firmado com os agentes repassadoros do crédito do BNDES. Garantias: De acordo com a Cláusula XXII do CAC, o financiamento concedido à Companhia possui as seguintes garantias: (a) Alienação fiduciária da totalidade dos ativos do capital da Companhia, detidas pelo OAS Investimentos S.A.; (b) Cessão fiduciária de direitos creditórios; (c) Alienação fiduciária do imóvel Arena; (d) Alienação fiduciária do direito real de superfície do imóvel Arena; (e) Fiança bancária; e (f) Contrato de Seguro e Outras Avenças (ESA). Das garantias originais a fiança bancária (Letra "a") foi integralmente executada nos meses de abril, maio e junho de 2015 e os recursos cedidos fiduciariamente (Letra "b") estão sendo destinados à cobertura das despesas operacionais prioritariamente ao serviço da dívida - este de forma residual, obedecendo ao disposto na Cláusula Quinta, IV, "a", do CAC firmado com os agentes repassadoros do financiamento do BNDES. Cláusulas restritivas: O contrato de financiamento inclui como obrigação especial da Companhia a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) maior ou igual a 1,30 (avaliado anualmente). Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não atendeu ao referido índice. Seu descumprimento não está inserido no rol de situações que acarretariam o vencimento antecipado automático da dívida, que se deu em função do inadimplemento da parcela de 15 de dezembro de 2015.

**13. Receita Diferida:**

	2019	2018
Aluguel de camarotes	2.746	3.339
Aluguel de cadeiras	52	44
Aluguel de áreas/espacos	11	48
Patrocínio	20	60
Estacionamento	1.272	1.580
<b>Total</b>	<b>4.101</b>	<b>5.051</b>

interiores; e R\$ 8.000 adiantados ao Centro de Treinamento Profissional Humaitá. O montante corrigido monetariamente por IPCA + 10% a.a. ao final do exercício de 2019 é de R\$ 64.486 (R\$ 56.161 em 2018). Está prevista a compensação dos valores atualizados da Dívida 2013 com as comissões imobiliárias e preço variável devidos ao Grêmio, conforme estipulado no Terceiro Aditivo.

**9. Partes Relacionadas:** Saldos e transações com a controladora e ligadas:

	2019	2018
Contas a receber de partes relacionadas	10.588	12.353
Contas a pagar a partes relacionadas	-	(6.505)
<b>Total</b>	<b>10.588</b>	<b>5.848</b>

O contas a receber de R\$ 10.588 refere-se a remessas à controladora. O saldo em aberto a pagar à controladora em 31 de dezembro de 2018 foi quitado ao longo do exercício de 2019.

	2019	2018
Prejuízo fiscal e base negativa	(19.436)	(18.558)
Diferenças temporárias ativas (a)	124.287	124.020
Diferenças temporárias passivas (b)	(6.304)	(6.915)
Impostos diferidos	98.547	98.547

(a) Os juros sobre financiamentos no exercício de 2019 foram impactados pelos encargos sobre a fiança honrada do Bradesco e do contrato de financiamento CAC - BNDES, conforme nota explicativa 12, acima.

**20. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Impostos diferidos:

	2019	2018
Receitas financeiras	308	29
Juros de aplicações financeiras	7.938	6.608
Atualização do contas a receber	(803)	(473)
Aj. valor presente remun. fixa p/ direito de explor.	492	182
Subtotal	7.935	6.346
Despesas financeiras	(20.198)	(29.233)
Juros sobre financiamentos (a)	380	(789)
Atualiz. da remun. fixa pelo direito de exploração	(967)	(1.005)
Outras despesas	(20.785)	(31.027)
<b>Total</b>	<b>(12.850)</b>	<b>(24.681)</b>

(a) Os juros sobre financiamentos no exercício de 2019 foram impactados pelos encargos sobre a fiança honrada do Bradesco e do contrato de financiamento CAC - BNDES, conforme nota explicativa 12, acima.

**20. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Impostos diferidos:

	2019	2018
Prejuízo fiscal e base negativa	(19.436)	(18.558)
Diferenças temporárias ativas (a)	124.287	124.020
Diferenças temporárias passivas (b)	(6.304)	(6.915)
Impostos diferidos	98.547	98.547

(a) Ativo tributário diferido decorrente de diferenças temporárias sobre as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e da provisão para redução ao valor recuperável do ativo "impairment". (b) Passivo tributário diferido decorrente de diferenças temporárias, principalmente sobre a margem de construção. A seguir demonstramos a reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido:

	2019	2018
Saldo de abertura	98.547	135.102
Impostos revertidos no resultado	-	(36.555)
Saldo de fechamento	98.547	98.547

A Companhia apurou os impostos devidos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 pela sistemática do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2019	2018
Prejuízo antes do IR e da contribuição social	(7.557)	(104.483)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
IRPJ e CSLL conforme alíquota nominal comb.	2.569	35.524
Imp. diferidos do exerc. não reconhec. no exerc.	(2.509)	(35.473)
Diferenças permanentes	(60)	(51)
IRPJ e CSLL diferidos revertidos no exercício	-	(36.555)
Correntes	-	-
Diferidos	-	(36.555)

**21. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros:** Considerações gerais: No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado. Esses riscos são monitorados pela administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas internas. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: Risco de liquidez; O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O fluxo de caixa é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a assegurar a disponibilidade de recursos necessários para garantir a cobertura de seus compromissos operacionais e financeiros. O risco de liquidez vem sendo mitigado com o cumprimento da decisão judicial, referida na Nota Explicativa 1 (acima), que reconheceu a obrigatoriedade dos bancos repassadoros respeitarem a senioridade da manutenção da operação em relação ao pagamento do financiamento. Ademais, o risco de liquidez acentuado foi sempre conhecido e acordado entre as partes. Risco de crédito: Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores a receber de seus clientes. O saldo a receber

**14. Remuneração Fixa pelo Direito de Exploração:** Conforme acordado entre as partes, a Companhia se obriga a pagar ao Grêmio uma remuneração fixa pelo direito de exploração da Arena no valor mensal de R\$ 583 em 156 parcelas mensais, a partir do mês de janeiro de 2021. A remuneração fixa será reajustada pelo IPCA calculado pelo IBGE acumulado entre o mês de dezembro de 2008 e a data de início de pagamento das parcelas mensais, em janeiro de 2021. Seguindo as orientações contidas no OCP-05, a "outorga fixa" foi reconhecida e ajustada a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto de 11,03% a.a. até 31 de dezembro de 2013. Durante o exercício de 2014, o cálculo da outorga fixa foi revisado e a taxa de desconto foi alterada para 0,64% a.m., que é a taxa definida no Terceiro Aditivo Contratual para a compensação das parcelas futuras de preço fixo. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o saldo a valor presente da outorga é de R\$ 34.985 e R\$ 37.545, respectivamente. O efeito líquido da variação monetária e AVP registrados no resultado financeiro no exercício de 2019 foi de R\$ 423 (R\$ 1.262 em 2018).

**15. Provisões:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e civis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Com base na análise individual dos processos em andamento, e tendo como suporte a opinião de advogados, a Administração contabilizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 provisão para perdas prováveis estimadas com os referidos processos no montante de R\$ 3.362, que está classificada na rubrica provisões no passivo não circulante.

	2019	2018
Cível	1.772	1.521
Trabalhista	1.590	1.617
<b>Total</b>	<b>3.362</b>	<b>3.138</b>

**Processos trabalhistas:** As principais reivindicações são relativas a vínculos trabalhistas, horas extras, intervalo intrajornada, adicional de insalubridade/periculosidade, danos morais e equiparação salarial. **Processos civis:** As principais reivindicações são relativas a cobrança de serviços prestados e indenizações por danos. A Companhia é parte em processos que montam R\$ 2.190 (R\$ 1.626 cível e R\$ 564 trabalhista), nos quais, na opinião de seus assessores jurídicos, são considerados casos de perda possível e por esta razão nenhuma provisão foi constituída.

**16. Patrimônio Líquido: Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 661.377 e está representado por 661.376,497 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de propriedade da OAS Investimentos S.A., que incorporou a SPE Gestão e Exploração de Arenas Multiuso S.A. em 30 de maio de 2016. **Destinação dos lucros:** O estatuto social da Companhia prevê a seguinte destinação dos lucros apurados no final de cada exercício, depois de deduzidas as participações no resultado: (a) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) formação de reservas para contingências, caso haja necessidade; (c) constituição de reservas de lucro a realizar, se for o caso, na forma prevista pela legislação; (d) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei de acordo com as deduções previstas em "a", "b" e "c" anteriores; e (e) a Assembleia Geral resolverá sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não houve base para cálculo de dividendos.

**17. Receita Operacional Líquida:**

	2019	2018
Cessão onerosa de cadeiras - sócios Grêmio	20.491	20.533
Bilheteria e cadeiras	29.139	29.928
Camarotes	4.973	4.732
Publicidade e patrocínios	2.829	3.698
Locações áreas e eventos	6.937	5.444
Outras receitas	5.245	3.715
Receita bruta	69.614	68.050
(-) Impostos incidentes sobre a receita	(8.406)	(7.806)
<b>Receita líquida</b>	<b>61.208</b>	<b>60.244</b>

**18. Custo e Despesas por Natureza e Função:**

	2019	2018
Custos	(41.009)	(45.695)
Despesas comerciais	(1.397)	(1.526)
Despesas gerais e administrativas	(13.509)	(14.088)
Provisão para red. ao valor recuperável do ativo	-	(78.737)
<b>Total</b>	<b>(55.915)</b>	<b>(140.046)</b>
Depreciações e amortizações	(13.570)	(19.382)
Eventos	(16.984)	(15.054)
Pessoal	(7.629)	(8.509)
Serviços de terceiros	(3.650)	(3.521)
Custos fixos	(10.456)	(11.259)
Outras despesas	(3.627)	(3.584)
Provisão para red. ao valor recuperável do ativo	-	(78.737)
<b>Total</b>	<b>(55.915)</b>	<b>(140.046)</b>

**19. Resultado Financeiro:**

	2019	2018
Receitas financeiras	308	29
Juros de aplicações financeiras	7.938	6.608
Atualização do contas a receber	(803)	(473)
Outras receitas	492	182
Subtotal	7.935	6.346
Despesas financeiras	(20.198)	(29.233)
Juros sobre financiamentos (a)	380	(789)
Atualiz. da remun. fixa pelo direito de exploração	(967)	(1.005)
Outras despesas	(20.785)	(31.027)
<b>Total</b>	<b>(12.850)</b>	<b>(24.681)</b>

(a) Os juros sobre financiamentos no exercício de 2019 foram impactados pelos encargos sobre a fiança honrada do Bradesco e do contrato de financiamento CAC - BNDES, conforme nota explicativa 12, acima.

**20. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Impostos diferidos:

	2019	2018
Prejuízo fiscal e base negativa	(19.436)	(18.558)
Diferenças temporárias ativas (a)	124.287	124.020
Diferenças temporárias passivas (b)	(6.304)	(6.915)
Impostos diferidos	98.547	98.547

(a) Ativo tributário diferido decorrente de diferenças temporárias sobre as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e da provisão para redução ao valor recuperável do ativo "impairment". (b) Passivo tributário diferido decorrente de diferenças temporárias, principalmente sobre a margem de construção. A seguir demonstramos a reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido:

	2019	2018
Saldo de abertura	98.547	135.102
Impostos revertidos no resultado	-	(36.555)
Saldo de fechamento	98.547	98.547

A Companhia apurou os impostos devidos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 pela sistemática do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2019	2018
Prejuízo antes do IR e da contribuição social	(7.557)	(104.483)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
IRPJ e CSLL conforme alíquota nominal comb.	2.569	35.524
Imp. diferidos do exerc. não reconhec. no exerc.	(2.509)	(35.473)
Diferenças permanentes	(60)	(51)
IRPJ e CSLL diferidos revertidos no exercício	-	(36.555)
Correntes	-	-
Diferidos	-	(36.555)

**21. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros:** Considerações gerais: No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado. Esses riscos são monitorados pela administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas internas. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: Risco de liquidez; O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O fluxo de caixa é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a assegurar a disponibilidade de recursos necessários para garantir a cobertura de seus compromissos operacionais e financeiros. O risco de liquidez vem sendo mitigado com o cumprimento da decisão judicial, referida na Nota Explicativa 1 (acima), que reconheceu a obrigatoriedade dos bancos repassadoros respeitarem a senioridade da manutenção da operação em relação ao pagamento do financiamento. Ademais, o risco de liquidez acentuado foi sempre conhecido e acordado entre as partes. Risco de crédito: Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores a receber de seus clientes. O saldo a receber

**22. Cobertura de Seguros:** A Companhia busca coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

	Importâncias seguradas	Importâncias não seguradas
<b>Coberturas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Riscos operac. (incêndio, alag. e danos)	793.484	741.488
Responsabilidade civil geral	20.000	20.000

**23. Transações que não Afetam o Caixa:**

	2019	2018
Compensação parcelas "preço fixo"	(2.983)	(2.169)

**24. Acordo de Leniência - Grupo OAS:** A Controladora-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram em 14 de novembro de 2019, acordo de leniência com o Grupo OAS, investigado no âmbito da Operação Lava Jato. Em função deste acordo, o Grupo assume o compromisso de pagar integralmente o valor de R\$ 1.929.257 (um bilhão, novecentos e vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil), em parcelas anuais, atualizadas pela SELIC, com vencimento para 2047. O Acordo estabelece a obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo OAS, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37.001, com foco na prevenção